



Jonas Pereira/Agência Senado



Sarney (D), ao lado de Marco Maia, reúne-se com os líderes partidários e avalia que não é possível conseguir um acordo entre todas as bancadas para deliberar sobre mais de 3 mil vetos ainda este ano

Exame de vetos e do Orçamento pelo Congresso fica para 2013

Em reunião com líderes partidários, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, chegam ao

entendimento de que a liminar do Supremo determinando que os 3.060 vetos na pauta do Congresso devem ser apreciados de forma

cronológica impede agora novas sessões do Congresso. Deputados e senadores só voltam a se reunir conjuntamente em 5 de fevereiro. **5**

Gerardo Mangel/Agência Senado



Presidente da CAS, Jayme Campos parabeniza Lúcia Vânia pelo relatório

Aprovado em comissão, projeto de Ato Médico vai para o Plenário

Senadores da Comissão de Assuntos Sociais fizeram acordo para que não haja pedido de urgência, dando tempo de aperfeiçoar o relatório de Lúcia Vânia. Profissionais de saúde criticam o texto nas definições das atividades exclusivas de médicos. **3**

Comissão mista acata MP que cria fundo para o Centro-Oeste **4**

Casa devolve mandato a senadores cassados pela ditadura militar **8**

Integrantes do Senado, do STJ e do TCU recebem condecoração **2**

CPI do Tráfico de Pessoas sugere em relatório mudança na lei penal

Após 20 meses, a CPI do Tráfico de Pessoas concluiu ontem os trabalhos. O relatório final da comissão sugere projeto de lei para

que o crime deixe de ser vinculado apenas à exploração sexual e inclua outros casos como trabalho escravo e remoção de órgãos. **6**

Lei das Antenas passa no Senado e segue para exame da Câmara

Agora é a vez de os deputados analisarem o projeto que obriga empresas a compartilharem capacidade excedente na área de

telecomunicações. Segundo o relator Eduardo Braga, a proposta traz avanços para vários setores como telefonia e banda larga móvel. **7**

Gerardo Mangel/Agência Senado



Lídice da Mata, Vanessa Graziotin e Paulo Davim na reunião que concluiu os trabalhos da comissão

Márcia Kolumbe/Agência Senado



Ao lado de Gim (C) e Walter Pinheiro (D), Eduardo Braga conduz reunião da CCT que aprovou o projeto

Sarney concede Ordem do Congresso Nacional

Criada em 1972 para homenagear personalidades e instituições, a mais alta condecoração do Legislativo brasileiro foi entregue ontem pelo senador José Sarney a ministros do STJ e TCU e a servidoras do Senado

O MINISTRO DO Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ari Pargendler, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, receberam ontem a Comenda da Ordem do Congresso Nacional, a mais alta condecoração do Legislativo.

Criada para homenagear personalidades e instituições nacionais ou estrangeiras, a comenda foi concedida pelo presidente do Senado, José Sarney, grão-mestre da ordem.

Carreiro e Claudia haviam sido agraciados anteriormente e foram promovidos ontem ao grau de Grande Oficial. Pargen-

der e Doris foram admitidos, respectivamente, nos graus Grande Oficial e Comendador.

Ao entregar a insígnia e o diploma da ordem, o presidente do Senado disse que a homenagem representa o reconhecimento do Congresso pelo serviço prestado ao país.

Sarney destacou que Pargendler, na presidência do STJ, colaborou para uma maior aproximação entre o Legislativo e o Judiciário. Sobre Carreiro, afirmou que o ex-secretário-geral da Mesa do Senado continua ajudando a Casa e o país como membro do TCU.

O senador afirmou ainda que a homenagem a Claudia Lyra e a Doris Peixoto é, acima

de tudo, um reconhecimento por parte de todos os servidores do Senado ao trabalho das duas.

Origem

Criada por meio do Decreto Legislativo 70, de 1972, a Ordem do Congresso Nacional possui um conselho, composto por 11 senadores e 11 deputados, que analisa as solicitações de ingresso.

O grão-mestre da ordem é o presidente do Senado, e o chanceler, o presidente da Câmara dos Deputados. Ambos são grão-colares, a mais alta classe do grupo. As demais são grã-cruz, grande oficial, comendador, oficial e cavaleiro.



Grão-mestre da Ordem, Sarney (C) entregou a comenda a Claudia Lyra (E), Ari Pargendler, Raimundo Carreiro e Doris Peixoto

Homenageadas destacam servidores

Ao agradecer a homenagem, Doris Peixoto disse que o reconhecimento se estende a todos os colaboradores e servidores da Casa.

— O que me deixa mais feliz é saber que os servidores do Senado são reconhecidos. O presidente Sarney, nesse momento em que se despede da Presidência, tem agido no sentido de reconhecer o trabalho dos servidores, dizer

da importância da carreira do Senado e também da qualidade dos servidores.

Claudia Lyra também estendeu a homenagem aos servidores do Senado.

— A Secretaria-Geral da Mesa, sozinha, nada realiza. Ela faz um trabalho de equipe e, sem as valiosas parcerias com outros setores da Casa, não chegaríamos a um bom trabalho — afirmou.

Para o ministro do Superior Tribunal de Justiça Ari Pargendler, a honraria recebida ontem é ainda maior por ter sido concedida pelo presidente do Senado, José Sarney.

— É a maior honraria que jamais pudemos receber e almejar. Especialmente, por se tratar de um reconhecimento de Sarney das virtudes das pessoas a serviço de nosso país — ressaltou.

Congresso define comissão para o recesso

Já está formada a Comissão Representativa, grupo de parlamentares responsável por tomar decisões em nome do Congresso Nacional durante o recesso, de 23 de dezembro a 1º de fevereiro. A comissão é composta por 19 deputados e 9 senadores.

Senadores na Comissão Representativa

- | | |
|---|-----------|
| <ul style="list-style-type: none"> • José Sarney (PMDB-AP) • Anibal Diniz (PT-AC) • Walter Pinheiro (PT-BA) • Renan Calheiros (PMDB-AL) • Alvaro Dias (PSDB-PR) • Gim (PTB-DF) • Valdir Raupp (PMDB-RO) • Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) • Eptácio Cafeteira (PTB-MA) | TITULARES |
| <ul style="list-style-type: none"> • Romero Jucá (PMDB-RR) • Eunício Oliveira (PMDB-CE) • Lúcia Vânia (PSDB-GO) • Lidice da Mata (PSB-BA) • Acir Gurgacz (PDT-RO) • Lobão Filho (PMDB-MA) • Cyro Miranda (PSDB-GO) • João Costa (PPL-TO) | SUPLENTE |

Fotógrafo da Agência Senado, José Varella morre aos 55 anos

A Agência Senado perdeu ontem um importante colaborador: o fotógrafo José Varella morreu aos 55 anos, vítima de câncer no pulmão, deixando quatro filhos. Profissional dos mais reconhecidos no jornalismo político, Varella trabalhou em alguns dos principais veículos de imprensa do país, como *Jornal do Brasil*, *Estado de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e revista *IstoÉ*. A Agência Senado foi seu último local de trabalho.



Varella trabalhou também no jornal *Estado de S. Paulo* e na revista *IstoÉ*

Num dos episódios em que se envolveu profissionalmente, em 15 de março de 1994, acompanhou de perto o sequestro do cardeal Aloísio Lorscheider, feito refém por detentos do Instituto Penal Paulo Sarasate, em Fortaleza. Foi o único a registrar a libertação do cardeal.

— A índole de Varella o habilitou não apenas para a profissão de fotógrafo, mas a de repórter fotográfico, atividade que exige destemor e certa dose de agressividade, além da vontade de registrar a história e dela participar de forma envolvente — disse o editor da Agência Senado Nelson Oliveira.

Na cobertura da rotina do poder, Varella ia além da fotografia, fazendo jornalismo político, segundo

Oliveira. Produzia imagens que pudessem depois ser apropriadamente casadas ao material produzido pelos repórteres de texto.

Em homenagem a Varella, a Agência Senado publica alguns de seus melhores trabalhos registrados na Casa entre março e maio de 2011 (<http://bit.ly/galeriaVarella>). O objetivo é colocar à disposição a memória desse fotógrafo.

— Estamos tranquilos quanto ao sentimento do próprio Varella sobre sua trilha. Ele sabia que tinha participado da história. E também ajudado a construí-la — disse Oliveira.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois das 19h de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Cassados durante o regime militar

14h Durante a sessão deliberativa, haverá a devolução simbólica dos mandatos dos ex-senadores cassados pelo regime militar.

PRESIDÊNCIA Homenagens

11h José Sarney participa de cerimônia de descerramento de placa que denomina Gelda Lyra Nascimento a sala da Taquigrafia. Depois, participa de homenagens: às 12h, dos diretores de secretarias; às 12h30, da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado; às 15h, aos ex-senadores cassados pelo regime militar. Às 16h, preside a ordem do dia.

CDH Queimaduras

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate a prevenção de queimaduras. Foi convidado para a audiência pública, entre demais autoridades e especialistas, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

CMO Relatório final do Orçamento

9h A Comissão Mista de Orçamento deverá votar o relatório final do Orçamento.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ato Médico segue para votação em Plenário

Relatório foi aprovado ontem em comissão com o compromisso de que ainda será aperfeiçoado pelos senadores, sem pedido para tramitar em regime de urgência

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o relatório de Lúcia Vânia (PSDB-GO) sobre o projeto de lei que regulamenta o exercício da medicina e define as atividades privativas dos médicos — o chamado Ato Médico, que segue para o Plenário. Acordo entre os senadores da CAS possibilitou a aprovação com o compromisso de não ser feito pedido de urgência, para permitir aperfeiçoamento do texto em Plenário, na discussão de pontos ainda polêmicos.

O relatório rejeita alguns dispositivos do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 268/02) do ex-senador Benício Sampaio. A relatora observou que o substitutivo mudou pouco o

texto aprovado pelos senadores. As modificações mais importantes, segundo ela, foram feitas ao artigo 4º, que trata das atividades privativas de médico. Lúcia Vânia afirmou ainda que o relatório foi feito com a concordância dos conselhos profissionais das áreas de saúde e com o Ministério da Saúde.

Pelas sugestões acatadas, não serão atividades exclusivas de médicos os exames citopatológicos e seus laudos; a coleta de material biológico para análises clínico-laboratoriais; e os procedimentos através de orifícios naturais em estruturas anatômicas visando à recuperação físico-funcional e não comprometendo a estrutura celular e tecidual.

A relatora optou pela manutenção do texto aprovado pelo Senado, que prevê ser privativa de médico a emissão de laudos de exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos. Mas a sugestão de considerar também privativa de médico a emissão de diagnósticos anatomopatológicos e citopatológicos foi rejeitada.

Sem conflito

A senadora disse ter elaborado um texto que atenda a demanda dos médicos sem gerar conflito com as demais categorias de saúde.

— Tudo o que veio da Câmara que podia interferir nas profissões foi retirado — disse

Waldemir Moka (PMDB-MS).

Paulo Davim (PV-RN) informou que a regulamentação do exercício da medicina tramita no Congresso há dez anos e foi discutida em 24 audiências públicas. Ao citar as diversas profissões em regulamentação pelo Congresso, ele observou ser papel do Parlamento trabalhar pelo consenso, mas não pela unanimidade.

— O Brasil é um dos poucos países que ainda não regulamentou a atividade médica. Esta Casa não pode mais se omitir, precisamos regulamentar. É inadmissível que consigamos propor regulamentação para 40 profissões e tenhamos algum tipo de prurido em regulamentar a atividade do médico — disse Davim.

Profissionais de saúde criticam o projeto aprovado

Categorias de profissionais da área de saúde presentes à reunião manifestaram discordância com o texto aprovado. Lourdes Machado, representante da Frente Mineira de Defesa da Saúde — entidade formada por conselhos, sindicatos e profissionais da área — disse que o ponto mais polêmico é o inciso 1 do artigo 4º do projeto, que define como atividade privativa de médico a formulação de diagnóstico nosológico (de doenças).

Para a entidade, todos os profissionais de saúde já fizeram esse diagnóstico, por meio de identificação de sinais, de sintomas, e de alterações anatômicas ou psicopatológicas. Lourdes explicou que apenas o critério de identificação do agente causador da doença, entre os necessários ao diagnóstico, deve ser privativo de médico. Assim, a entidade sugere modificação no texto para determinar como atividade privativa de médico a formulação de diagnóstico nosológico médico. Paulo Paim (PT-RS) disse que o aprimoramento do texto em Plenário foi combinado com entidades profissionais.



Moka e Lúcia Vânia participam da sessão que aprovou o projeto de Ato Médico, diante de representantes de diversas categorias profissionais interessadas

Comissão de Infraestrutura cancela votação de prioridade para idosos

A reunião da Comissão de Infraestrutura (CI) marcada para ontem foi cancelada porque os parlamentares aguardavam a reunião do Congresso Nacional que votaria 3 mil vetos presidenciais, em especial os que se referem à lei que define nova distribuição dos royalties do petróleo. Nova reunião da CI deve acontecer somente no ano que vem.

Na pauta de seis itens, estava o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 84/12, que modifica o Estatuto do Idoso para assegurar a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque no transporte coletivo. A proposta tem parecer favorável do relator, Wilder Moraes (DEM-GO).

Outro projeto que seria discutido pela comissão é o Projeto de Lei do

Senado (PLS) 407/12, de Eduardo Amorim (PSC-SE), que pretende tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas. Segundo o senador, esses profissionais se sujeitam a condições de trabalho que provocam riscos à saúde, como a carga horária excessiva, a falta de repouso, a alimentação irregular, a postura inadequada durante o trabalho e o estresse devido ao trânsito.

Por isso, o texto apresentado pelo senador Amorim propõe que a manutenção da inscrição dos trabalhadores no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas esteja condicionada ao controle da saúde física e psicológica dos profissionais. O relator do projeto, Gim (PTB-DF), é favorável à proposta.

Fica para 2013 reunião sobre o Fundo de Participação dos Estados

Também em virtude dos preparativos para a sessão do Congresso que votaria vetos presidenciais, a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) cancelou a reunião que faria ontem. A previsão é de que os temas só voltem a ser discutidos no ano que vem.

Na pauta de votações da CDR, há oito projetos tramitando em conjunto que alteram as regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A proposta, considerada uma das mais importantes da pauta do Senado, ainda terá de ser analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto a ser examinado na CDR é o substitutivo do relator, Vital do Rêgo

(PMDB-PB), ao PLS 192/11 — Complementar. O parecer indica a rejeição dos outros sete projetos.

O substitutivo mantém para 2013 um “piso” estadual equivalente ao montante que cada estado recebeu em 2012. O excedente da verba será redistribuído na proporção aproximada de 85% para Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15% para Sul e Sudeste.

Dentro de cada região, o dinheiro será rateado entre as unidades da Federação levando-se em conta a população e a renda domiciliar per capita, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas regras seriam transitórias, para dar ao Congresso tempo e informações para elaboração de regras definitivas para o fundo.



Relator, Delcídio do Amaral (2º à esq.) decidiu reduzir a remuneração dada a bancos pelo risco na concessão de créditos

Aprovada a MP que cria fundo para o Centro-Oeste

Entre as 15 emendas acolhidas pelo relator ao texto aprovado, está a inclusão do novo fundo na lei que trata do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FOI APROVADO ONTEM o relatório de Delcídio do Amaral (PT-MS) favorável à Medida Provisória 581/12, sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). O relator acolheu 15 das 54 emendas apresentadas na comissão mista criada para examinar a MP.

A proposta institui políticas de financiamento de projetos de investimento para combater o desempenho insatisfatório da economia nacional, cujo índice de crescimento real estaria entre os mais baixos da América Latina. O texto cria dois tipos de despesa de natureza continuada: a concessão de subvenção econômica aos financiamentos concedidos pelo FCDO e a concessão de

crédito pelo Tesouro Nacional à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 21,1 bilhões.

Entre as mudanças propostas pelo relator, houve a inclusão do FDCO na Lei 12.712/12, que trata do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). A intenção é uniformizar o tratamento dado aos três fundos regionais.

Bancos

Outra mudança foi a redução do del-credere (remuneração devida à instituição financeira pela concessão de crédito) a que os bancos administradores do fundo têm direito quando assumem total ou parcialmente

o risco operacional dos financiamentos. Atualmente, os bancos fazem jus a 6% ao ano quando assumem o risco integral e 3% quando o risco é compartilhado com o fundo.

Delcídio explicou que esses prêmios faziam sentido na década de 90, quando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) variava de 10% a 14%. Hoje, com uma TJLP de 5%, a redução é fundamental, pois haveria ameaça de perda de patrimônio dos fundos caso tenham de pagar aos bancos, pelo risco operacional, uma taxa maior do que a que recebem dos beneficiários do crédito como encargos financeiros. A solução foi diminuir o del-credere a 3% tanto para risco integral quanto parcial.

Benedito de Lira defende Lula de acusações de Valério

Benedito de Lira (PP-AL) defendeu ontem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva das acusações feitas pelo empresário Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, segundo publicou o jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 13. Valério teria dito que recursos do mensalão pagaram despesas pessoais de Lula.

Benedito lamentou que declarações de uma pessoa condenada a 40 anos de prisão por operar um esquema criminoso possam ter peso para manchar a história do “principal responsável pelo crescimento do país”.

— Vejo nos ataques ao ex-presidente uma tentativa de desqualificar sua história e diminuir suas conquistas — disse o senador.

Segundo Benedito, ações do governo Lula duplicaram o crescimento do Nordeste.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela Portela presta solidariedade ao ex-presidente

Ângela Portela (PT-RR) disse que Lula sofreu uma “nova ofensiva de ataques” nos últimos dias.

— Já assistimos a esse filme inúmeras vezes, inclusive na era de Getúlio Vargas. A história fez-lhe justiça. O mote utilizado, nesses casos, costuma ser a corrupção. Sabemos que, ao contrário do que se procura difundir, o presidente Lula abriu uma nova etapa no combate à corrupção no país — disse.

Ângela lembrou que, no governo Lula, a Controladoria-Geral da União (CGU) foi criada, o Ministério Público conquistou mais independência e as prerrogativas de investigação da Polícia Federal foram reforçadas. Ela afirmou que tanto Lula quanto a presidente Dilma Rousseff têm compromisso com a transparência e com o combate à corrupção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Inácio Arruda vê preconceito nas novas denúncias

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que Lula tem sofrido insultos e perseguição por “ter colocado o país de pé”. Segundo o senador, o tratamento dado às denúncias que tentam envolver o ex-presidente no mensalão é marcado pelo preconceito do grande capital e dos principais meios de comunicação contra um operário de um partido de esquerda.

Pedro Taques (PDT-MT) expressou respeito a Lula, mas afastou a possibilidade de perseguição. Aloysio Nunes (PSDB-SP) considerou remota a chance de Lula sofrer preconceito e afirmou que o mercado financeiro lucrou muito nos dois mandatos do ex-presidente. Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a necessidade de uma ampla aliança com a direita levou ao mensalão e ao loteamento de cargos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadores cumprimentam José Sarney e fazem balanço positivo do trabalho no ano

Ao fim da sessão deliberativa da terça-feira, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu várias homenagens de senadores pela boa condução dos trabalhos legislativos e pela importância das matérias examinadas pela Casa em 2012.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), agradeceu “a atenção e o carinho” de Sarney e de toda a base parlamentar do governo em um esforço que, em sua avaliação, trouxe grandes conquistas para o povo brasileiro.

— A presidente Dilma Rousseff está cada vez mais convencida do apoio de Vossa Excelência e deste Senado para as conquistas do país — afirmou.

Líder do PSOL, Randolfe Rodrigues (AP) lembrou ter “tido a honra” de começar seu mandato de senador, em 2011, disputando com Sarney a Presidência do Senado. Ele salientou sua posição política divergente da base do governo, mas agradeceu

a Sarney pela convivência e pelo respeito nos trabalhos legislativos.

— Sou testemunha da condução democrática que Vossa Excelência tem dado, respeitando os direitos e as manifestações das minorias parlamentares — afirmou.

Walter Pinheiro (PT-BA) também elogiou o presidente do Senado e chamou a atenção para a intensa pauta de votações da terça-feira. Ele destacou a aprovação da Medida Provisória (MP) 579/12, que, por meio da redução das tarifas de energia, “cria ambiente novo” para desenvolver a economia. No mesmo sentido, Eduardo Lopes (PRB-RJ) afirmou que a aprovação da MP “mudou o ritmo do país”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) também louvou o “trabalho extraordinário” desempenhado este ano, e Sérgio Souza (PMDB-PR) declarou que, mesmo em um ano eleitoral, o Senado não fugiu ao compromisso de votar as matérias importantes.

Dornelles defende aperfeiçoamento na distribuição dos recursos do FPE

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem, em pronunciamento, projeto de lei de sua autoria que visa aperfeiçoar a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O texto (PLS 100/12 — Complementar) propõe que a partilha seja feita considerando a arrecadação dos impostos federais em cada ente federado, a população e a superfície territorial, e a redistribuição de renda em favor dos estados de menor renda por habitante.

— Segundo o critério dominante no projeto de lei por mim apresentado, quanto menos desenvolvida for a entidade participante, mais receberá de FPE em termos relativos. Trata-se de



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador apresentou projeto que visa desconcentrar a receita

redistribuir recursos das entidades participantes que mais arrecadam, mais populosas e com maior PIB por habitante, para aquelas mais pobres e menos populosas. A sistemática proposta contribuirá para desconcentrar regionalmente a receita pública — explicou o senador.

Sarney: não há tempo para votar o Fundo de Participação dos Estados

O presidente do Senado, José Sarney, entende que não há mais tempo para o Legislativo votar novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ele acredita que os estados não serão prejudicados com o adiamento para 2013.

— Já existe decisão do Tribunal de Contas da União determinando que no próximo ano seja feita a distribuição da

mesma maneira que foi feita este ano — afirmou Sarney.

Parecer jurídico encomendado por Francisco Dornelles e lido pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirma que a distribuição dos R\$ 70 bilhões do FPE em 2013 deve seguir as regras de 2012, pois o TCU encaminhará o cálculo para 2013 até o dia 31 — dentro da vigência da Lei Complementar 62/89.

Sarney afirma que cumpre qualquer decisão do STF

O presidente do Senado, José Sarney, negou que a votação dos vetos presidenciais fosse causar caos jurídico devido a um possível novo recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com Sarney, o último recurso ajuizado naquela Corte — o dos parlamentares contrários à derrubada dos vetos impostos pela presidente da República — está nas mãos de um ministro altamente qualificado.

— O ministro Luiz Fux é bastante experiente, com grande tradição de jurista e de juiz, de maneira que ele é quem tem que decidir sobre o recurso — disse Sarney.

Depois de frisar que o Parlamento não tem feito nada que fira as normas regimentais, Sarney explicou os cuidados para que nada fuja à legislação.

— Eu só tomo decisões consultando as lideranças da Casa, consultando a Mesa da Casa, para que as responsabilidades sejam divididas. Não tenho o direito de errar. A minha função, que estou terminando com grande alegria, é de apenas dirigir os trabalhos — afirmou o presidente do Senado.

Votação do Orçamento em comissão mista é adiada para hoje

Foi adiada para hoje a votação do relatório final da proposta orçamentária de 2013 na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O anúncio foi feito pelo presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), logo após reunião de líderes.

— Não houve acordo.

Mesmo com o Orçamento de 2013 não sendo votado este ano pelo Congresso, Pimenta pretende votar a proposta na comissão. Ele explicou que os líderes do PDT, partido da base aliada, e do DEM, da oposição, não concordaram com a votação por diversas questões, inclusive regimentais. O deputado negou que a controvérsia sobre os itens que podem ou não ser incluídos no piso constitucional da saúde seja o único problema.

Ao ser questionado se a decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu a votação dos vetos à Lei dos Royalties poderia impedir a votação da proposta orçamentária, Pimenta disse que isso é um equívoco.

— Isso é mais um caso de ingerência indevida do Supremo nos trabalhos do Congresso — criticou.

Exame de vetos e do Orçamento pelo Congresso é adiado para fevereiro

Em reunião com líderes, Sarney e Maia chegam ao entendimento de que liminar do Supremo impede novas sessões conjuntas este ano

O PRESIDENTE DA Câmara dos Deputados, Marco Maia, anunciou que estão suspensas todas as votações do Congresso até 2013. A decisão foi tomada em encontro com o presidente do Senado, José Sarney, a vice-presidente do Congresso, deputada Rose de Freitas, e líderes do governo e dos partidos nas duas Casas.

Ficou decidido que tanto a apreciação dos mais de 3 mil vetos presidenciais como a

votação dos demais projetos na pauta do Congresso, incluindo a proposta de Lei Orçamentária para 2013, seriam adiadas.

— Sem acordo entre todas as bancadas, entre todos os líderes, levaríamos semanas na votação de cada um dos vetos, com defesa específica para cada um deles — disse Maia.

A próxima sessão conjunta só deverá ocorrer em 5 de fevereiro. Segundo Maia, o

adiamento das votações foi motivado pela decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, que determinou que os 3.060 vetos na pauta do Congresso deveriam ser apreciados de forma cronológica.

Levando em conta que a Constituição federal diz que, após 30 dias do recebimento, os vetos sobrestam a pauta do Congresso e reconhecendo que há vetos com mais de dez

anos, o presidente da Câmara afirmou que seria impossível votar tudo até o recesso.

— Estamos, primeiro, cumprindo a decisão do Judiciário. Segundo, tomando uma decisão à luz daquilo que é nossa interpretação do que foi decidido. Terceiro, adotando uma decisão política, pois não há clima para votar qualquer outra matéria que não seja a derrubada do veto à Lei dos Royalties — afirmou.



Marco Maia, Sarney e líderes decidem que a falta de acordo e dúvidas legais impedem agora novas sessões do Congresso, que só volta a se reunir em 2013

Para Lindbergh, decisão é grande vitória para RJ

Mobilizados para evitar a votação em bloco dos 3.060 vetos presidenciais, os parlamentares dos estados produtores de petróleo aprovaram o adiamento da apreciação do veto aos royalties.

Para o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), a sessão do Congresso não ocorreria de qualquer forma, pois haveria muitos questionamentos sobre o direito regimental de discutir cada veto, o que poderia fazer com que a sessão durasse dias.

— O Rio de Janeiro está aliviado. É uma grande vitória. A batalha dos últimos dias valeu muito.

Mais cedo, o senador Magno Malta (PR-ES) havia protocolado um mandado de segurança para anular a sessão do Congresso que analisaria os mais de 3 mil vetos, argumentando que ela representaria um descumprimento de ordem judicial. Ele também afirmou que os vetos deveriam ser analisados um a um.

Para Taques, análise em bloco seria anarquia legislativa

Pedro Taques (PDT-MT) classificou de “anarquia legislativa” a possibilidade de o Congresso votar, numa única sessão, os mais de 3 mil vetos acumulados para viabilizar a votação sobre os royalties do petróleo. Embora favorável à redistribuição dos royalties, Taques disse que a votação em bloco dos vetos, sem uma análise criteriosa das matérias, violaria o Regimento Comum do Congresso e a Constituição.

— Temos um problema: não decidir. E às vezes decidir sem saber o que estamos decidindo.

João Capiberibe critica improvisação dos parlamentares

João Capiberibe (PSB-AP) disse ontem não imaginar que os parlamentares pudessem agir com “tamanho improvisação” ao tentar realizar uma sessão do Congresso para votar 3.060 vetos presidenciais. Ele defendeu uma mudança na postura dos parlamentares, que muitas vezes aprovam projetos sem ao menos tê-los lido.

— Que isso sirva de reflexão ao Parlamento brasileiro, que tem se dobrado e não tem exercido o seu papel — afirmou.

É uma “derrota da democracia”, diz Wellington

O senador Wellington Dias (PT-PI), autor da Lei dos Royalties, que redistribui os recursos com base nos critérios do Fundo de Participação dos Estados, considerou a decisão do Congresso uma “derrota da democracia”.

O senador, defensor da “partilha igualitária”, questionou “como podem 513 deputados e 81 senadores eleitos pelo povo ter suas votações suspensas por decisão de apenas um ministro do STF”.

O senador destacou que, por várias ocasiões nos últimos anos, o Congresso inverteu a ordem de votação dos vetos para apreciar matérias específicas, com base no artigo 155 da Câmara. A prática nunca foi questionada pela Justiça. Segundo ele, isso só aconteceu agora por interesse de um estado, o Rio, que é o mesmo de onde vem o ministro que teve esse entendimento.

Lídice da Mata lamenta a paralisação dos trabalhos do Congresso

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou a paralisação dos trabalhos do Congresso devido à decisão do STF. Ela disse que, se houvesse um plebiscito, a maioria da população se manifestaria a favor da análise urgente do veto de Dilma Rousseff, para que a partilha dos royalties beneficie todo o Brasil.

— Que isso sirva de reflexão ao Parlamento brasileiro, que tem se dobrado e não tem exercido o seu papel — afirmou.

Mudança na regra de distribuição dos royalties é origem da polêmica

A Lei dos Royalties mudou as regras de distribuição de royalties do petróleo. O texto foi sancionado pela presidente Dilma com veto parcial para preservar os contratos em vigor e as receitas dos estados produtores de petróleo.

Para derrubar o veto, parlamentares de estados não produtores sugeriram votar em bloco os 3.060 vetos pendentes de análise. A ideia veio após a liminar concedida pelo ministro do STF Luiz Fux impedindo que o veto fosse analisado antes dos demais.

Eduardo Lopes aponta fragilidades na convocação da reunião

Eduardo Lopes (PRB-RJ) apontou fragilidades regimentais e vícios de iniciativa na convocação de reunião do Congresso para analisar os vetos. Segundo ele, a sessão deveria ser agendada com 24 horas de antecedência e ter os avulsos distribuídos.

Para o senador, seria um risco votar de forma superficial os vetos, que inclui temas como o Código Florestal (PLC 30/11), a Emenda 29 e o fator previdenciário.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pedro Taques (PDT-MT) classificou de “anarquia legislativa” a possibilidade de o Congresso votar, numa única sessão, os mais de 3 mil vetos acumulados para viabilizar a votação sobre os royalties do petróleo. Embora favorável à redistribuição dos royalties, Taques disse que a votação em bloco dos vetos, sem uma análise criteriosa das matérias, violaria o Regimento Comum do Congresso e a Constituição.

Waldemir Barreto/Agência Senado



João Capiberibe (PSB-AP) disse ontem não imaginar que os parlamentares pudessem agir com “tamanho improvisação” ao tentar realizar uma sessão do Congresso para votar 3.060 vetos presidenciais. Ele defendeu uma mudança na postura dos parlamentares, que muitas vezes aprovam projetos sem ao menos tê-los lido.

— Temos um problema: não decidir. E às vezes decidir sem saber o que estamos decidindo.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou a paralisação dos trabalhos do Congresso devido à decisão do STF. Ela disse que, se houvesse um plebiscito, a maioria da população se manifestaria a favor da análise urgente do veto de Dilma Rousseff, para que a partilha dos royalties beneficie todo o Brasil.

— Que isso sirva de reflexão ao Parlamento brasileiro, que tem se dobrado e não tem exercido o seu papel — afirmou.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Eduardo Lopes (PRB-RJ) apontou fragilidades regimentais e vícios de iniciativa na convocação de reunião do Congresso para analisar os vetos. Segundo ele, a sessão deveria ser agendada com 24 horas de antecedência e ter os avulsos distribuídos.

Para o senador, seria um risco votar de forma superficial os vetos, que inclui temas como o Código Florestal (PLC 30/11), a Emenda 29 e o fator previdenciário.



Senadora Lídice da Mata lê relatório ao lado da senadora Vanessa Grazziotin, presidente da CPI, e do senador Paulo Davim

CPI do Tráfico de Pessoas quer mudança na lei penal

Relatório final aprovado ontem sugere que esse crime deixe de ser vinculado apenas à exploração sexual e inclua outros casos como remoção de órgãos e trabalho escravo. Pena prevista seria de 4 a 10 anos de prisão

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) que investiga o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil aprovou ontem o relatório final elaborado pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), após 20 meses de trabalho.

O documento conclui pela apresentação de um projeto de lei que procura adequar o crime de tráfico de pessoas na legislação penal brasileira aos termos da Convenção de Palermo, das Nações Unidas, contra o crime organizado transnacional, ratificado pelo Brasil em 2003.

De acordo com o relatório, uma das falhas da legislação vigente é vincular o tráfico de pessoas exclusivamente à exploração sexual, deixando de lado, por exemplo, os casos ligados à remoção de órgãos ou ao trabalho escravo.

O projeto apresentado define como tráfico de pessoas a prática de “agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de explorar alguém para: remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; trabalho em condições análogas à de escravo; servidão por dívida; casamento servil; adoção ilegal; exploração sexual; qualquer forma que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou a sua integridade física”.

Dessa forma, segundo Lídice, o tráfico de pessoas deixa de ser caracterizado como crime contra a dignidade sexual para ser considerado crime contra a dignidade da pessoa. A pena prevista é de prisão, de quatro a dez anos, e multa, harmonizando-se com outros tipos penais de gravidade equivalente, como o tráfico de drogas e de armas.

A CPI também aprovou a apresentação de um projeto de resolução que dispõe sobre a realização de audiências

públicas periódicas com o ministro da Justiça, para prestar esclarecimentos à Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado sobre ações para o setor.

A presidente da CPI, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), parabenizou a relatora e disse esperar que o projeto seja aprovado pelo Senado no próximo semestre.

— Precisamos urgentemente mudar essa cultura que não enxerga o tráfico de pessoas como realidade — alertou.

Comissão fez audiências em várias capitais para apurar denúncias

Desde abril de 2011, a CPI realizou sessões de depoimentos e audiências públicas para apurar denúncias em Manaus, Salvador, Belém, São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Goiânia. Graças a esse trabalho, vieram a público casos como o da adoção ilegal de cinco crianças de uma mesma família da cidade de Monte Santo, na Bahia, que se preparam para voltar para casa.

A CPI também investigou o desaparecimento de cinco crianças, ocorrido entre 1998 e 2001, no bairro Planalto, em Natal. E pediu o ingresso da Polícia Federal no caso. Também foram apuradas denúncias de tráfico de trabalhadores

rurais de Pernambuco, envio de jovens cariocas para a Namíbia e aliciamento de homossexuais em São Paulo, entre outras.

“Além de vitimar mulheres e homens que vivem em situação de vulnerabilidade dadas as condições peculiares das atividades profissionais que desempenham, relacionadas à indústria do sexo, o tráfico de pessoas também entra nas casas, rouba crianças, empobrece o futuro de meninas e meninos e instala a desesperança e a revolta no seio de famílias que já enfrentam a necessidade de conviver com privações sociais, políticas e civis”, escreveu Lídice em seu relatório.

Souza defende desarmamento para evitar tragédias e reduzir violência

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu ontem o desarmamento no Brasil para diminuir a violência e evitar massacres em escolas infantis, como os que ocorreram na sexta-feira, nos Estados Unidos, e em 2011, no Rio de Janeiro.

— Nada mais triste, nada mais absurdo do que tirar a vida daqueles cuja inocência é indiscutível — disse.

O senador lembrou o referendo, ocorrido em 2005, sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e

munições no Brasil, em que 63,4% da população rejeitou a proposta do desarmamento.

Segundo ele, o principal argumento dessas pessoas é o direito de defesa. Entretanto, o senador acredita que, devido à repetição de tragédias, a população deveria refletir sobre o tema novamente.

Souza citou relatório da ONU mostrando que, mesmo tendo menos armas de fogo que os Estados Unidos, o Brasil registrou, em 2010, um número de mortes por tiros 3,7 vezes mais alto.

Jayme Campos destaca importância do Fundo de Amparo a Mulheres Agredidas

Jayme Campos (DEM-MT) comemorou ontem a aprovação de projeto de lei de sua autoria que cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA). A proposta, que foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e deve seguir diretamente para a Câmara, tem como beneficiárias as mulheres que, em razão da violência doméstica, separaram-se de seus companheiros.

Pelo texto (PLS 109/12), o FNAMA deverá financiar

um auxílio mensal igual ou superior a R\$ 622. A ajuda deverá ser concedida por 12 meses e o valor, reajustado anualmente. O fundo também deverá viabilizar a oferta de treinamento profissional, para facilitar a volta das vítimas ao mercado de trabalho.

— Um mecanismo simples, mas que será capaz de abrir nova perspectiva de vida para milhares de mulheres que necessitam soltar as amarras de relacionamentos falidos com os quais se expõem diariamente ao perigo — afirmou.

Alvaro Dias registra ameaças de morte contra repórter de jornal paranaense

A situação do repórter Mauri König, do jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, que deve deixar o país nesta semana em decorrência de ameaças de morte, foi lembrada ontem em Plenário por Alvaro Dias (PSDB-PR). König é autor de uma série de reportagens, publicadas em maio, que denunciaram irregularidades na Polícia Civil do Paraná.

Alvaro informou que o repórter, de 46 anos, ganhou dois prêmios Esso em 22 anos de carreira. A série que levou às ameaças foi finalista do prêmio neste ano. König também é diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).



Alvaro lembra que repórter apontou irregularidades na polícia civil

— Reiteramos a necessidade de que as investigações em curso sejam céleres — afirmou o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



José Pimentel (E), Eduardo Braga, Gim e Walter Pinheiro: CCT aprova 72 autorizações para emissoras de rádio e TV

Lei das Antenas é aprovada e segue para a Câmara

Projeto que estabelece o compartilhamento obrigatório da capacidade excedente da infraestrutura de telecomunicações para telefonia e banda larga móveis foi acolhido terminativamente pela CCT

O COMPARTILHAMENTO OBRIGATÓRIO da capacidade excedente da infraestrutura de telecomunicações, “exceto quando houver justificado motivo técnico”, é um dos principais pontos do projeto da Lei Geral das Antenas, de autoria do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), aprovado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A proposta (PLS 293/12) já havia sido aprovada pela comissão na semana passada. Porém, como o texto acolhido foi um substitutivo, apresentado pelo relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), foi necessária a realização de uma segunda votação (turno suplementar).

Como não foram apresentadas emendas, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

— Este é um passo muito importante não apenas para a melhoria do serviço de telefonia móvel e de banda larga móvel, como também para ampliar as condições de infraestrutura de rede em diversos setores de nossa economia — disse Braga, que preside a CCT.

Segundo o texto aprovado, o compartilhamento de infraestrutura será realizado de forma não discriminatória e a preços e condições “justos e razoáveis”. As detentoras de infraestrutura devem tornar disponível às possíveis solicitantes, de forma “transparente e não discriminatória”, documentos

que descrevam as condições de compartilhamento, incluindo, entre outras, informações técnicas georreferenciadas da infraestrutura disponível, os preços e prazos aplicáveis.

O licenciamento para a instalação de infraestrutura e de redes de telecomunicações em área urbana deverá levar em conta a redução do impacto paisagístico, “sempre que tecnicamente possível e economicamente viável”. A instalação da infraestrutura em área urbana não poderá, por exemplo, obstruir a circulação de veículos, pedestres ou ciclistas; prejudicar o uso de praças e parques; ou prejudicar a visibilidade dos motoristas que circulem em via pública.

Rejeitado texto sobre compra de pornografia infantil

Também ontem, a CCT rejeitou projeto destinado a proibir as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil por meio da internet.

O PLS 121/08, de Magno Malta (PR-ES), chegou a receber parecer favorável da relatora, Ângela Portela (PT-RR), mas prevaleceu o voto

em separado de Valdir Raupp (PMDB-RO), considerando não ser “razoável” atribuir às administradoras de cartões as responsabilidades previstas na proposta.

Foram concedidas vistas do PLS 332/10, prevendo a veiculação, por emissoras de rádio e TV, de mensagens contra a exploração sexual; e do PLS 679/11, com incentivo

à produção de agrotóxicos naturais.

A CCT ainda aprovou requerimento de João Capiberibe (PSB-AP) e Sérgio Souza (PMDB-PR), para a realização de audiência sobre o uso do petróleo e do gás natural, e 72 projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e de televisão.

Simon: índices socioeconômicos do Rio Grande do Sul estão baixos



Os índices econômicos e sociais do Rio Grande do Sul foram comentados com pessimismo por Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador lamentou a queda no crescimento do estado e destacou problemas na saúde, na educação e no combate às drogas. No entanto, assinalou a boa projeção de crescimento para o próximo ano.

— A principal alavanca deve ser o agronegócio, que registrou espantoso crescimento de 22,3% no terceiro trimestre de 2012 em comparação ao mesmo período de 2011. Um forte contraste com a queda de 2,8% da indústria — ressaltou.

Suplicy quer lema “amor, ordem e progresso” na Bandeira Nacional

A inclusão da palavra amor na frase inscrita na Bandeira Nacional foi defendida por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador apoiou projeto do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), que tramita na Câmara como PL 2.179/03, com esse objetivo.

Suplicy explicou que a atual expressão “Ordem e Progresso” foi retirada de lema positivista de Auguste Comte que incluía o amor, defendendo “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”. O senador informou que a mudança espera mais apoio popular por meio do site inluaamornabandeira.org.



Comissão Mista de Mudanças Climáticas faz balanço de 2012

Na última reunião deste ano da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ontem, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) apresentou relatório das atividades de 2012, com destaque para a série de debates sobre o tema e a participação dos parlamentares nas conferências Rio+20 e COP-18.

O relatório ainda apresentou recomendações aos Poderes da República, como adoção de métodos alternativos para medir o desenvolvimento do país, apoio a iniciativas internacionais de desenvolvimento sustentável, aporte adequado de recursos ao Fundo do Clima e aprovação de um marco regulatório para pagamento de serviços ambientais.

No texto, Souza lamentou

o “esvaziamento” da Rio+20, realizada em junho, diante da falta de consenso entre Estados Unidos, China e União Europeia.

Já como resultado positivo da COP-18, promovida pela ONU no Catar, Souza comemorou a prorrogação do Protocolo de Kyoto até 2020 e a expectativa de uma nova plataforma de negociações capaz de gerar um documento que estabeleça deveres dos países signatários.

— Essa abordagem reforça o entendimento de que os países em desenvolvimento, em especial os emergentes como Brasil, China e Índia, devem se juntar ao grupo de países com metas obrigatórias de redução de emissões causadoras do efeito estufa — explicou.



Márcio Macêdo (E) e Sérgio Souza, presidente e relator da comissão mista

Vanessa cumprimenta Dilma por ajuda a vítimas das cheias



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou medidas que o governo federal adotou para ajudar os produtores rurais do Amazonas a enfrentar as consequências da enchente que atingiu o estado em maio. Segundo ela, foi a maior dos últimos cem anos.

A senadora agradeceu a presidente Dilma Rousseff por autorizar a criação de uma linha de crédito especial de R\$ 350 milhões, a serem usados para capital de giro e custeio dos agricultores.

Para Vanessa, há municípios em que o volume de recursos supera o próprio orçamento anual da prefeitura.

Vanessa ainda lamentou as razões “não só regimentais, mas políticas” que impedem a análise dos vetos à Lei dos Royalties. Para ela, a proposta não oferece uma perda para os estados produtores, mas um ganho para o país, “porque estamos tratando da repartição de uma riqueza da União”.

— O Rio de Janeiro não será mais pobre por isso. Ao contrário, as perspectivas de ampliação da produção de petróleo superam qualquer perda que o estado possa vir a ter.

Adiada votação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

A votação do relatório da medida provisória do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi adiada para atender pedido de vista coletiva. Nova reunião da comissão mista da MP 586/12 foi marcada para hoje, às 10h.

A MP prevê apoio da União aos estados, municípios e ao DF, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para investir na formação continuada de professores dos três primeiros

anos do ensino fundamental.

Em seu relatório, Eduardo Amorim (PSC-CE) acolheu 5 das 60 emendas propostas à MP. A deputada Professora Dorinha (DEM-TO) disse estar preocupada com a indefinição de uma data para que seja atingida a meta de alfabetização de crianças até 8 anos de idade.

O senador José Pimentel (PT-CE) afirmou ser preciso comparar o que a MP propõe ao projeto do Plano Nacional de Educação (PLC 103/12).

Homenagem a senadores cassados pela ditadura

O Senado realiza hoje, às 15h, uma cerimônia para a devolução simbólica dos mandatos de oito senadores cassados durante a ditadura militar (1964—1985). Entre os homenageados, está o ex-presidente Juscelino Kubitschek, então senador por Goiás.

O requerimento da homenagem (RQS 1.095/12), do presidente do Senado, José

Sarney, foi aprovado na semana passada.

Além de Juscelino, serão entregues diplomas às famílias dos ex-senadores Aarão Steinbruch (1917—1992), Arthur Virgílio Filho (1922—1987), João Abrahão Sobrinho (1907—1993), Mário de Souza Martins (1913—1994), Pedro Ludovico Teixeira (1891—1979) e Wilson de Queiroz Campos (1924—2001).

Marcello Alencar, que foi governador do Rio e prefeito da capital, é o único vivo entre os homenageados.

Eles tiveram seus mandatos cassados entre 1966 e 1969. Apenas Wilson Campos perdeu o mandato em 1975.

No último dia 6, a Câmara também devolveu os mandatos dos 173 deputados cassados durante a ditadura.

Aos 87, Alencar hoje é presidente de honra do PSDB do Rio de Janeiro

Marcello Bongiorno



Presidente de honra do PSDB do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, de 87 anos, foi senador pelo antigo estado da Guanabara. Advogado, foi suplente do senador Mário Martins, tendo iniciado o mandato parlamentar em 1967.

Defensor de presos políticos, Alencar foi um dos oito senadores cassados pelo regime militar. Ele perdeu o mandato em 1969, após o Ato Institucional 5 (AI-5). Dez anos depois, com a Lei da Anistia, uniu-se ao projeto político do líder de oposição Leonel Brizola (1922—2004) e filiou-se ao recém-criado PDT.

No primeiro governo de Brizola no estado do Rio (1983—1986), Alencar presidiu o Banerj e foi nomeado prefeito da capital. Em 1989, voltou à prefeitura, eleito pelo voto. Em 1994, elegeu-se governador. No período, foi responsável por um amplo programa de privatizações — incluindo Metrô, Banerj, Telerj e Flumitrens.

Juscelino, o presidente do desenvolvimento

Prefeito, governador e presidente, Juscelino Kubitschek sempre procurou focar seus mandatos no desenvolvimento.

Na Prefeitura de Belo Horizonte (1940—1945), abriu amplas avenidas, aumentou as redes de água e esgoto e construiu o moderno bairro da Pampulha, com uma lagoa artificial e construções projetadas por Niemeyer.

Como governador de Minas (1951—1955), abriu rodovias, fundou a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e construiu usinas hidrelétricas — condição essencial para a instalação de indústrias no estado.

Na Presidência da República (1956—1961), seu feito mais célebre foi a construção de Brasília. Além do objetivo de levar o desenvolvimento do litoral para o interior do país, a nova capital tinha uma grande força simbólica: marcava o fim do Brasil arcaico e agrário e o nascimento do Brasil moderno e industrial.

Juscelino conduziu o Brasil

Memorial JK



Juscelino: mandato cassado nos primeiros momentos da ditadura

prometendo que em seus cinco anos de mandato o país se desenvolveria o equivalente a 50 anos — o histórico slogan *50 anos em 5*. Para isso, incentivou a industrialização. Sua grande aposta foi a indústria automobilística.

Juscelino Kubitschek nasceu em Diamantina (MG), em 1902. Cursos Medicina e chegou a ter seu próprio consultório. A carreira política começou em 1933,

quando assumiu o cargo de chefe do Gabinete Civil do então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares. No ano seguinte, elegeu-se deputado federal.

À Prefeitura de Belo Horizonte, chegou por indicação do governador Valadares. Entre o cargo de prefeito e o de governador, foi novamente deputado federal.

Logo após deixar Brasília, em 1961, Juscelino elegeu-se senador por Goiás. Em 1964, quando se preparava para disputar novamente a Presidência da República, veio o golpe militar. Nesse mesmo ano, poucas semanas depois, a ditadura tirava-lhe o mandato no Senado e cassava-lhe os direitos políticos por dez anos, sob o argumento de que ele poderia conspirar contra o novo governo.

Proibido de participar da vida política, Juscelino se exilou no exterior. Em 1976, já com os direitos políticos recuperados, ele morreu num acidente de carro, quando viajava de São Paulo para o Rio, aos 73 anos.

Arthur Virgílio Filho fez discurso na tribuna contra militares

“Chegou a hora de este Congresso ser digno da representação que ele encarna, de dizer a esta nação que, se ele cedeu, que, se ele recuou, não cederá nem recuará mais. Que nos fechem hoje, mas com o povo que nos assiste ao nosso lado; e não nos fechem amanhã, ingloriamente, com o aplauso do povo brasileiro, como aconteceu em 1937.”

As palavras são de Arthur Virgílio Filho (1921—1987), no Plenário do Senado em 1965. Era o dia seguinte à decretação do Ato Institucional 2 (AI-2).

Ele ingressou na vida pública como chefe de gabinete no governo do Amazonas, em 1945. O primeiro mandato começou em 1947, como deputado estadual. Em 1958, foi eleito deputado federal. A eleição para o Senado se deu em 1962. Foi cassado em 1969 e seus direitos políticos foram suspensos até 1979. No governo Sarney, presidiu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).



SARQ/Senado Federal

Wilson Campos, cassado durante o período da distensão

SARQ/Senado Federal



Em 1975, quando a ditadura já estava concentrada na distensão “lenta e gradual” anunciada pelo presidente

Geisel, o Congresso voltou a ser atingido: o Executivo cassou o mandato e suspendeu por dez anos os direitos políticos do senador por Pernambuco Wilson de Queiroz Campos.

O episódio ocorreu dois dias após o Senado ter absolvido Campos da acusação de envolvimento em tentativa de extorsão e corrupção eleitoral.

Seu retorno à cena política foi em 1982, quando elegeu-se deputado estadual por Pernambuco. Também teve três mandatos de deputado federal. Morreu em 2001, aos 76 anos. Era pai do também ex-senador Carlos Wilson (1950—2009).

Mário Martins: vida pública entre a imprensa e o Legislativo

Mário Martins dividiu sua atuação política entre o jornalismo e o Parlamento.

Em 1951, conquistou uma vaga na Câmara de Vereadores do então Distrito Federal. Em 1955, elegeu-se deputado federal. Em 1966, chegou ao Senado.

Mário Martins usou a tribuna para denunciar os atentados à liberdade perpetrados pela ditadura. Em 1969, foi um dos primeiros parlamentares cassados pelo AI-5.

Nos anos 80, como conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), participou do movimento Diretas Já. Morreu em 1994, aos 81 anos. Teve 11 filhos, entre eles a escritora Ana Maria Machado e o jornalista Franklin Martins.



SARQ/Senado Federal

Aarão Steinbruch foi o autor do projeto que criou o 13º salário

Aarão Steinbruch foi o “pai” do 13º salário e da aposentadoria por tempo de serviço, leis derivadas de projeto que ele apresentou no Congresso. Esses direitos remetem a seu trabalho como advogado de sindicatos e de trabalhadores em Niterói (RJ). Foi três vezes deputado federal, depois senador e ainda vereador do Rio.

Steinbruch nasceu em 1917, no município gaúcho de Santa Maria, e formou-se em Direito. Elegeu-se deputado federal pelo Rio em 1954. Reelegeu-se duas vezes. Chegou ao Senado em 1962. Na ditadura militar, foi cassado em 1969, com o AI-5. Em 1988, elegeu-se vereador carioca. Morreu em 1992, aos 75 anos.



Arquivo/Câmara dos Deputados

Ludovico: meio século de influência política em Goiás

O goiano Pedro Ludovico ocupava pela terceira vez uma cadeira no Senado quando teve seu mandato cassado pelo regime militar, em 1969.

Médico e jornalista, governou Goiás por mais de 18 anos. Em 1964, confrontou o regime militar em defesa do mandato de seu filho, Mauro Borges, governador de Goiás.

Ludovico nasceu em 1891. Em 1945, foi eleito para o Senado. Voltou à Casa em 1954 e foi reeleito em 1962. No regime militar, organizou resistência armada em Goiânia, mas não conseguiu impedir a intervenção em Goiás e a destituição de seu filho. Mais tarde, com o AI-5, Ludovico teria seu mandato cassado. Morreu em 1979.



SARQ/Senado Federal

No Congresso, João Abrahão criticou eleição de Costa e Silva

João Abrahão Sobrinho tornou-se célebre em 1966, como senador, ao contestar em pleno Congresso a eleição indireta do general Costa e Silva, o segundo presidente do regime militar.

A ditadura não reagiu naquele momento. A resposta viria em 1969, devastadora. Com base no AI-5, João Abrahão teve cassado seu mandato no Senado e seus direitos políticos foram suspensos por dez anos. Ele nunca mais voltaria à vida pública.

Fazendeiro, comerciante e industrial, João Abrahão Sobrinho começou a carreira política como deputado estadual de Goiás. Foi eleito em 1962.

Ele morreu em 1993, aos 85 anos.



SARQ/Senado Federal